

**Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Faculdade de Ciências Humanas  
Curso de Graduação em Filosofia**

**Wellington Couto de Assis**

**ARISTÓTELES: ÉTICA E POLÍTICA NA NATUREZA HUMANA**

Campo Grande – MS  
2024

**Wellington Couto de Assis**

**ARISTÓTELES: ÉTICA E POLÍTICA NATUREZA HUMANA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito para graduação no Curso de Licenciatura em Filosofia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Amir Abdala

Campo Grande – MS  
2024

## **Agradecimentos**

Ao buscar a Filosofia, me coloco na visão daquele que conseguiu arrebentar as amarras e sair da caverna, tendo sua vista embaçada ao atingir o que existe de mais belo no mundo. Não sei descrever como sou grato por fazer parte desse mundo filosófico, por compartilhar com meus colegas conquistas e anseios.

Destino meus agradecimentos aos meus pais Maria Inêz Paulino Couto e Delvai Pereira de Assis, que me guiaram de forma simples e ética para esse caminho que molda o meu ser. Agradeço à minha avó Mercy Paulino Couto, que, de forma singela, sempre me apoia e me dá forças em minhas loucuras. Ao meu irmão mais velho Willian Couto de Assis e à minha cunhada Thais Paixão, que se tornou uma irmã, aos quais sou muito grato especialmente por ser tio de três sobrinhos que levo como minha maior riqueza. Agradeço ao meu irmão Wesley Couto de Assis, que compartilhou muitas coisas comigo, como ainda compartilha, que tem essa ligação que somente sendo meu irmão gêmeo poderia ter.

Aos meus amigos que a filosofia me deu: Dani Rocha, Davi Molina, Eduardo Cerqueira, Maria Eduarda, Priscila Zanon, Roberth Carvalho e Paola Bauce. Em momentos de fraqueza, foram minha rede apoio. Em diversos momentos, compartilhamos anseios e alegrias.

Aos meus amigos que a vida me deu, Bianca Jara e João Victor – conhecido como Zara –, com quem compartilhei a jornada escolar até o fim. Dedico também a duas pessoas queridas, que tive o prazer de encontrar, Jaqueline Ramos e Bianca Espíndola, pessoas pelas quais tenho uma estima tremenda, assim como tenho por Renan Duarte e Murilo Maciel, aos quais também agradeço.

Dedico a duas pessoas que não podem faltar, que compartilham o dia a dia comigo, Carina Quilenato e Camila Ramos, que deixaram de ser apenas pessoas que conheci no trabalho e se tornaram pessoas que busco carregar em meus melhores sentimentos ao longo da vida.

Não posso esquecer-me de fazer um agradecimento a uma pessoa que me ajudou em meio a todo caos, que sempre se fez presente, Gui Castro.

E, por fim, mas não menos importante, dedico uma menção aqueles que são os responsáveis por moldar meus pensamentos, aos meus queridos professores Amir Abdala,

Ronaldo José Moraca, Cristina Agostini, Erickson Cristiano e Andre Koutchin, os quais, de diversas formas, me guiaram com sabedorias e ensinamentos.

## Resumo

O presente trabalho tem como objetivo apresentar como a ética e política participam da noção de natureza humana nos textos *Ética a Nicômaco* e *Política*, de Aristóteles. De acordo com a filosofia aristotélica, a natureza humana realiza-se plenamente na dimensão ética e política da vida em sociedade. Para esse filósofo, quem não participa de uma sociedade política não é propriamente humano, mas sim um bruto ou uma divindade. Inicialmente, tratamos da ética como desdobramento do conceito aristotélico de natureza humana, apontando ainda suas correspondências com aspectos do conjunto do sistema filosófico aristotélico, como sua tese da causalidade e o sentido teleológico de sua teoria. Na sequência, avançamos para a exposição da natureza da sociedade política e de sua configuração essencial no pensamento filosófico de Aristóteles. Por fim, caracterizamos as formas de governo em conformidade com os critérios estabelecidos por esse filósofo e situamos a amizade como noção que revela os laços indissociáveis entre natureza humana, ética e política na filosofia aristotélica.

**Palavras-chave:** Aristóteles. Ética. Natureza Humana. Política. Sociedade. Virtude.

## **Abstract**

The aim of this paper is to present how ethics and politics play a part in the notion of human nature in Aristotle's *Nicomachean Ethics* and *Politics*. According to Aristotelian philosophy, human nature is fully realized in the ethical and political dimensions of life in society. For this philosopher, anyone who does not participate in a political society is not properly human, but a brute or a deity. Initially, we dealt with ethics as a development of the Aristotelian concept of human nature, also pointing out its correspondence with aspects of the whole Aristotelian philosophical system, such as his thesis of causality and the teleological sense of his theory. We then move on to explain the nature of political society and its essential configuration in Aristotle's philosophical thought. Finally, we characterize the forms of government in accordance with the criteria established by this philosopher and we situate friendship as a notion that reveals the inseparable links between human nature, ethics and politics in Aristotelian philosophy.

**Keywords:** Aristotle. Ethics. Human Nature. Politics. Society. Virtue.

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	7
<b>1 Humanidade: natureza, finalidade e ética</b> .....	9
1.1 A ética na filosofia aristotélica.....	9
1.2 Finalidade e natureza humana.....	10
1.3 Da natureza ao hábito: ações voluntárias e deliberação.....	12
1.4 O justo meio na ética aristotélica.....	13
<b>2 A humanidade na política</b> .....	16
2.1 A política na natureza da humanidade.....	16
2.2 Da sociedade doméstica à sociedade política.....	17
2.3 Finalidade da sociedade política e cidadania.....	18
<b>3 A política e o bem comum: humanidade virtuosa</b> .....	21
3.1 Formas de governo.....	21
3.2 Amizade e sociedade política.....	23
<b>Considerações finais</b> .....	25
<b>Referências bibliográficas</b> .....	26

## Introdução

Aristóteles (384-322 a.C.) teve um papel importante para a filosofia antiga, bem como para todo o desenvolvimento posterior do pensamento filosófico. Ele contribuiu decisivamente com a organização dos saberes e a ampliação dos campos de pesquisas filosóficas. Empenhou-se em estabelecer bases científicas e racionais para o conhecimento da realidade, construindo amplo e complexo sistema filosófico. Nascido em Estagira, na Macedônia, foi para Atenas e começou a frequentar a Academia, tornando-se discípulo de Platão (427-347 a.C.). Apesar de ser discípulo de Platão, Aristóteles, ao afastar-se da Academia após a morte de seu mestre, formulou sua própria teoria, distanciando-se, assim, em muitos aspectos da filosofia platônica.

Seus escritos tratam das mais diversas temáticas, como astronomia, física, matemática, cosmologia, metafísica e lógica. Foi o primeiro pensador a classificar os campos do conhecimento de forma sistêmica.

Dentre os diferentes escritos aristotélicos, situam-se importantes reflexões sobre a natureza humana, a moralidade e a política. A temática desse trabalho concentra-se nas teses éticas e políticas aristotélicas, utilizando como base os textos *Ética a Nicômaco* e *Política*. Para Aristóteles, ética e política se relacionam por terem a mesma finalidade, o bem viver individual e coletivo – para esse filósofo, convém antecipar, o Estado é superior aos indivíduos, que não realizam suas virtudes sem a sociedade política. No exame desse tema, nos guiamos pela seguinte questão: de que forma, na filosofia de Aristóteles, ética e política se situam no conceito de natureza humana?

No primeiro capítulo – *Humanidade: natureza, finalidade e ética* –, apresentamos a ética aristotélica a partir de seu conceito de natureza humana. Situamos essas considerações de Aristóteles em suas relações com elementos gerais de sua filosofia, como sua noção de causalidade e a orientação teleológica de seu sistema filosófico, de acordo com o qual todos os seres possuem previamente uma finalidade. A finalidade do ser humano é a felicidade (*eudaimonia*). Contudo a construção dessa finalidade permeia desde desejos até as virtudes alcançadas por um exercício educativo dos prazeres. Nessa perspectiva, a felicidade atinge-se pela via da racionalidade humana, em uma existência virtuosa na qual prevalecem as ações voluntárias e deliberadas. Nesse cultivo da humanidade virtuosa, aparece a justa medida da ética aristotélica. Para esse filósofo, a virtude encontra-se no meio-termo, na ponderação intermediária entre os vícios do excesso e da carência.

De acordo com Aristóteles, a ética pertence à política. Assim, no segundo capítulo – *A humanidade na política* –, destacamos a tese aristotélica do ser humano como animal político, que é capaz de efetivar completamente sua humanidade no plano da cidadania. Para Aristóteles,

a sociedade política é lógica e ontologicamente anterior aos seres humanos individuais. Na exposição dessa perspectiva de sua filosofia política, acompanhamos seu caminho explicativo que parte da sociedade doméstica para atingir a comunidade cívica. Na *pólis*, segundo esse filósofo, atualiza-se a potência humana na concretização de sua finalidade natural, a felicidade da vida racional e virtuosa.

Finalmente, no terceiro capítulo – *A política e o bem comum: a humanidade virtuosa* – procuramos ressaltar os laços entre ética e política, mediante a exposição das formas de governo tipificadas por Aristóteles e do conceito de amizade como elemento relevante na sociabilidade política pela qual, segundo esse filósofo, se consuma a natureza humana em sua excelência, no exercício racional e virtuoso da cidadania.

## 1 Humanidade: natureza, finalidade e ética

### 1.1 A ética na filosofia aristotélica

A compreensão das teses éticas de Aristóteles requer considerações prévias e básicas sobre os aspectos gerais de sua filosofia, ou seja, é necessário situá-la em seu pertencimento ao conjunto da filosofia aristotélica. Afinal, esse pensador desenvolve amplo sistema filosófico em que procura articular as diferentes áreas do saber em uma totalidade explicativa do conjunto da realidade.

O primeiro ponto a ser observado é a tipificação dos saberes na filosofia de Aristóteles. Marilena Chauí, em sua *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles* (1994, p. 246-250), observa que Aristóteles, empenhado em estabelecer a filosofia como conjunto sistemático de conhecimentos, divide as ciências em teoréticas, práticas e produtivas.

Essa diferenciação aristotélica das ciências adota como critério de definição os distintos objetos de conhecimento. As ciências teoréticas estudam o que as coisas são em si mesmas, sem nenhuma interferência humana, quer dizer, as coisas que existem independentemente dos seres humanos. Metafísica, matemática e física são as ciências teoréticas. As ciências práticas investigam as ações humanas que têm como finalidade a própria humanidade, que afetam o desenvolvimento dos seres humanos no mundo. Ciências práticas são especialmente a ética e a política. Por fim, as ciências produtivas são as que se referem às atividades fabricadoras dos seres humanos, as que resultam em artefatos – variadas atividades pertencem à lista de ciências produtivas, como, por exemplo, marcenaria, alfaiataria, pintura e construção civil.

De acordo com a filosofia aristotélica, tanto os seres da natureza quanto os seres artificiais se realizam no devir pela conjugação de quatro causas: material, formal, eficiente e final (Chauí, 1994, p. 279-288). A causa material consiste na matéria de que algo é feito. A causa formal é sua essência, aquilo que define o que algo é. A causa eficiente é a atividade que transforma algo, que o conduz para sua forma plena e final. A causa final é a finalidade para a qual algo se desenvolve, a atualização completa de sua potência. Essa causalidade é atualização de potência, isto é, efetivação da capacidade de um ser sob a primazia da causa final<sup>1</sup>. A esse respeito, é importante ainda notar que a concepção filosófica aristotélica é teleológica: a finalidade dos seres está contida em seu início, e eles se atualizam em direção à sua causa final.

---

<sup>1</sup> De acordo com Aristóteles, todos os seres e tudo que existe ou possa vir a existir procede das quatro causas. Por exemplo: uma estátua de mármore com a representação de um ser humano. Sua matéria é o mármore (causa material), os contornos da figura humana são a sua forma (causa formal), a ação do escultor é causa eficiente, e o fim para a qual foi produzida, a sua apreciação, caracteriza sua causa final.

Em suma, Aristóteles, ao elaborar a sua teoria ética, proposta principalmente na obra *Ética a Nicômaco*, discorre sobre a natureza humana e sua realização no mundo como atualização de potência que segue o princípio da causalidade. De acordo com a filosofia aristotélica, todos os seres da natureza possuem previamente suas finalidades. E isso se aplica também aos seres humanos, cuja finalidade, como veremos, é a felicidade na vida racional e virtuosa em sociedade.

## 1.2 Finalidade e natureza humana

Nas primeiras páginas de *Ética a Nicômaco* (2014, p.49-50), Aristóteles recusa a noção platônica do bem como ideia existente em plano suprassensível. Para ele, o bem é a finalidade de todas as coisas, e o bem humano só pode ser atingido pelas ações dos seres humanos. Neste momento, convém reafirmar que Aristóteles identifica os seres do mundo como naturalmente destinados às suas finalidades, e a finalidade de um ser é o seu bem. No caso dos seres humanos, o filósofo observa que sua finalidade, isto é, seu bem excelente é a felicidade. De modo geral, o bem excelente não poder ser um meio para outro fim.

O argumento com o qual Aristóteles constata que a felicidade é o bem excelente para os seres humanos baseia-se na identificação de que ela é sempre a finalidade máxima das ações, jamais um meio para outro fim. Ele destaca que os seres humanos podem buscar a satisfação dos desejos corporais, acúmulos de riquezas e até mesmo as honrarias como formas de ter uma vida feliz – ainda que, conforme o filósofo, esses não sejam os caminhos adequados para a felicidade. O contrário, por sua vez, seria absurdo: ninguém busca a felicidade como meio para a satisfação dos desejos corporais, o acúmulo de riquezas ou as honrarias em sociedade. Portanto, a disposição natural da vida do ser humano tem na felicidade o seu bem supremo, sua finalidade.

No trecho seguinte, Aristóteles enfatiza a felicidade como bem supremo dos seres humanos:

[...] chamamos de absolutamente completa uma coisa sempre eleita como uma finalidade, e nunca um meio. Ora, a felicidade, acima de tudo o mais, parece ser absolutamente completa nesse sentido, uma vez que sempre optamos por ela por ela mesma e jamais como um meio para algo mais, enquanto a honra, o prazer, a inteligência e a virtude em suas várias formas, embora optemos por elas por elas mesmas (visto que deveríamos estar contentes por possuir cada uma delas, ainda que nenhuma vantagem externa delas decorresse), também optamos por elas pela felicidade, na crença de que constituirão um meio de assegurarmos a felicidade. Mas ninguém opta pela felicidade pela

honra, pelo prazer, etc., nem tampouco como um meio para qualquer outra coisa que seja, salvo ela mesma. (2014, p.57).

Aristóteles, então, identifica na felicidade a finalidade natural dos seres humanos, o bem excelente pelo qual se conduzem teleologicamente em suas ações no mundo. Entretanto, em busca de uma definição mais precisa, ele precisa avançar em suas reflexões, com o propósito de identificar em que consiste propriamente essa finalidade natural ou felicidade. Em outras palavras, é necessário conceituar com precisão a natureza humana. Afinal, destaca o filósofo, assim como, por exemplo, um médico, um construtor e um sapateiro têm as funções específicas em suas atividades, o ser humano tem a sua função estabelecida pela natureza, um fim que constitui sua plena atualização (Aristóteles, 2014, p.56-61).

De modo geral, o filósofo identifica três funções nos seres vivos: 1) função vegetativa, como a nutrição, o crescimento e o repouso; 2) função sensitiva, como os apetites, movimentos e as próprias sensações; e 3) função do intelecto, como o conhecimento, a deliberação e a escolha. A função vegetativa pode existir sem as demais faculdades da alma. A faculdade sensitiva, por sua vez, incorpora aspectos da vegetativa, e a faculdade racional pressupõe as anteriores. Nos seres humanos, as três funções estão presentes. Assim, o filósofo aponta que as plantas só possuem uma função vegetativa, os animais possuem duas destas funções, e o ser humano é dotado de todas elas.

Para Aristóteles, portanto, o que diferencia o ser humano, quer dizer, o que torna específica sua natureza dentre os seres vivos é a capacidade racional de sua alma:

[...] se assim for e se declaramos que a função do ser humano é uma certa forma de vida e definimos essa forma de vida como o exercício das faculdades e atividades da alma em associação com o princípio racional e dizemos que a função de um ser humano bom é executar essas atividades bem e corretamente, e se uma função é corretamente executada de acordo com sua própria excelência – a partir dessas premissas se conclui é o exercício ativo das faculdades da alma em conformidade com a virtude [...]. (2014, p.59-60).

Nessa perspectiva, Aristóteles define a felicidade. Ela consiste no exercício virtuoso da faculdade unicamente humana, a capacidade racional. A natureza aparece como aquela que possibilita ao ser humano a capacidade de realização da sua humanidade, e os seres humanos dependem da educação e do hábito para atingir plenamente sua felicidade como atividade racional e virtuosa na vida em sociedade. Para Aristóteles, somente na sociedade política é que os seres humanos conseguem efetivar plenamente sua humanidade, motivo pelo qual ele afirma que os seres humanos são seres naturalmente políticos.

### 1.3 Da natureza ao hábito: ações voluntárias e deliberação

Aristóteles, em *Ética a Nicômaco* (2014, p.81-83), esclarece que não são as ações isoladas que determinam o caráter do ser humano, sua existência racional e virtuosa, mas sim seus hábitos cultivados pela educação. Nesse sentido, ele observa que as crianças, enquanto seres que estão em desenvolvimento, deparam-se com um mundo no qual já existem valores, heranças comportamentais, uma cultura predefinida, costumes e outras atitudes que podem influenciar o desenvolvimento de hábitos em sua educação. O ser humano depende do convívio com outros seres humanos para garantir a sua preservação e a sua vida virtuosa: é com esse convívio que os seres humanos aprimoram a capacidade natural que permite uma vida feliz.

Aristóteles declara que ter conhecimento sobre alguns valores morais não resulta em agir de acordo com eles, pois, para esse filósofo, as virtudes são conquistadas pelo exercício: “As virtudes não são geradas nem em decorrência da natureza nem contra ela, a qual nos capacita recebê-las, capacidade que é aprimorada e amadurecida pelo hábito.” (2014, p.81). A prática das ações é o que determina as disposições do caráter do ser humano. A repetição de ações do mesmo tipo é o que caracteriza o conceito de hábito.

O hábito é aquilo que as pessoas desenvolvem com suas disposições de caráter. Sendo assim, o ser humano molda seu caráter em consequência de suas ações, ele não é naturalmente dado. Por meio da repetição das suas ações em sociedade, o ser humano demonstra ser virtuoso ou não, pois ele se torna aquilo que tem a mesma qualidade dos seus atos. Os sábios antigos, por terem certa vivência, adquiriram muito conhecimento e experiência, experiência e conhecimento que muitos jovens ainda não possuem. – os sábios já fazem esse exercício do hábito há tempos. O desenvolvimento do hábito no processo de educação dos indivíduos é justamente o ato de fazer com que eles cultivem boas atitudes, levando os seres humanos a se acostumarem a agir bem. Os seres humanos cultivados nos bons hábitos são capazes de escolhas apropriadas, de deliberações na vida em sociedade.

Aristóteles argumenta que os seres humanos, assim como todos os animais, são seres desejantes. Contudo, diferentemente dos demais animais, os seres humanos podem fazer uso da razão para refletir a respeito dos seus desejos. Os seres humanos são capazes de escolhas: “De fato, os [animais] irracionais não fazem prévia escolha, porém experimentam desejos, bem como ira. E um indivíduo humano que não tem autocontrole age em função de desejo, não em função de prévia escolha” (2014, p.113).

Os seres humanos virtuosos experimentam as diferentes sensações em circunstâncias e intensidades apropriadas, em harmonia com a racionalidade. Aqueles que estão no caminho da virtude têm os desejos ponderados pelo seu intelecto, o que leva a escolhas adequadas e

virtuosas. Aqueles que são virtuosos experimentam pertinentemente os prazeres e as dores que contribuem para a finalidade humana, que contribuem com a felicidade. Considerando a centralidade da noção de escolha na ética aristotélica, é importante compreender a distinção entre ações voluntárias e ações involuntárias na filosofia de Aristóteles (2014, p.107-112).

As ações involuntárias são aquelas realizadas por ignorância ou compulsão. Os que são acometidos pela ignorância procedem do desconhecimento das circunstâncias específicas de uma ação. Ato compulsório, por sua vez, são classificados por Aristóteles como aqueles que são realizados por uma força externa aos indivíduos que os praticam. Não existe uma iniciativa para o agente que está sob uma ação compulsória, visto que está sendo obrigado a proceder de determinada maneira por fatores que são alheios a si próprio. É importante levar em consideração que, nas ações compulsórias, o agente não tem nenhuma possibilidade de resistir, nem mesmo recorrendo ao sacrifício de sua vida:

Afirma-se geralmente que as “paixões e ações” são involuntárias se ocorrem sob compulsão ou causadas pela ignorância, e que são compulsórias quando seu princípio é externo, sendo de tal natureza que o agente ou paciente nada contribui para ele – por exemplo, quando se é levado a algum lugar pela força do vento ou por pessoas que nos têm sob seu poder. (2014, p.107).

Quanto à ação voluntária, ela tem sua iniciativa no próprio agente. O filósofo nota que somente as ações voluntárias envolvem escolhas, acrescentando, porém, que nem todas as ações voluntárias são provenientes de escolhas – muitas são realizadas unicamente de forma passional. A escolha é definida como ação voluntária em que ocorre uma deliberação, isto é, resultante de um exame racional que define a conduta.

A deliberação é a faculdade de calcular adequadamente os elementos e suas circunstâncias, analisando os prós e contras, procurando sempre os melhores meios para atingir um fim com alternativas disponíveis à conduta humana. O ato de deliberar leva ao pleno exercício da decisão que intensifica o processo de aprendizado do caráter, pois os seres humanos que são coerentes em manter seus princípios intactos, sem se importar com as dificuldades que as suas escolhas possam trazer, estão visando ao seu objetivo final, sua felicidade. Na prática constante do cotidiano, os seres humanos vão atualizando suas experiências e formando hábitos que abrem caminhos para a virtude moral realizada.

#### **1.4 O justo meio na ética aristotélica**

Aristóteles, ao buscar entender o que é essa felicidade, percorre um caminho em torno das virtudes mostrando que, para se tornar alguém virtuoso, o ser humano deve praticar ações

virtuosas. Para tanto, não se deve reprimir os desejos, mas sim educá-los, experimentando prazeres e sentimentos na medida adequada. O ato de educar o desejo o torna uma disposição virtuosa, buscando desejar aquilo que é bom em si mesmo. O bem supremo é o fim de toda e qualquer ação – quando desejamos algo, precisamos entender se o desejamos como um fim ou como um meio para algo. Para Aristóteles, a noção de ponderação do desejo está vinculada à perspectiva do justo meio, a mediania entre as ações humanas deliberadas e suas paixões. Nesse equilíbrio, evitam-se os vícios do excesso e da carência.

Aristóteles, como destacamos anteriormente, fundamenta a sua ética na teleologia, apresentando como os seres humanos devem se conduzir para atingir o propósito de sua humanidade. Os seres humanos buscam a felicidade ou meios para conseguir esse fim. Na felicidade, encontra-se o viver bem: por ser o fim último das ações dos seres humanos, eles não devem apenas se apegar à simples ideia da felicidade; devem, isto sim, buscar olhar para os meios de alcançar o seu objetivo. Nessa busca, encontra o justo meio.

Os seres humanos podem escolher o caminho para se tornarem pessoas justas, com uma maturidade moral voltada para os princípios condizentes com a natureza de sua humanidade, ou pessoas injustas, voltadas para os vícios. É no escolher que o justo meio aparece, pois nem todas as coisas presentes nos dão felicidade ou permitem que a alcancemos, é com o movimento do justo meio que iremos saber se tais coisas são boas ou más para a nossa constituição.

Os seres humanos precisam saber se colocar em equilíbrio com as coisas que lhe são apresentadas: eles têm em si a curiosidade de aprender e de desejar. O desejo de conhecer apresentado por Aristóteles aparece no que o filósofo chamou de virtudes intelectuais e morais, sendo a virtude intelectual aquilo que necessita de experiência e tempo para se alcançar, enquanto a virtude moral arranja-se como o resultado do hábito.

Permanecendo no processo do hábito, é com o uso de suas ações praticadas em suas relações outros seres humanos que a que a qualificação de justo ou injusto torna-se presente. Os atos fazem com que nos tornamos justos ou injustos – por exemplo, aquilo que fazemos diante de uma situação de perigo pelo hábito do medo ou ousadia nos torna covardes ou valentes.

O justo meio aparece como terceira disposição, em que os seres humanos possam alcançar os seus objetivos sem cair nas vias dos vícios, (excesso e deficiência); “Há, assim, três disposições – duas dessas, vícios (um em função de excesso e o outro em função de deficiência) – e uma virtude, que é a mediania; e cada uma delas, de certa forma, se opõe às outras” (2014, p.99).

Nesse sentido, a virtude sempre reside no justo meio. Em outras palavras, os seres humanos virtuosos buscam sempre aquilo que está presente na mediania, pois o que está presente no que é mediano é confiável e verdadeiro. De certa forma, compreendemos que o justo meio é uma diferenciação do hábito e, como mediania, se encontra entre dois vícios.

A justa medida, meio-termo entre excessos e carências, exhibe uma terceira via para alcançar os objetivos sem adentrar na falta ou no abuso de algo: a justa medida não nos apresenta apenas como uma terceira via a ser escolhida, mas sim, o que ela é de fato, uma via confiável e verdadeira. É com o uso da mediania que os seres humanos percorrem um caminho virtuoso, podendo identificar aquilo que faz mal e aquilo que faz bem para si. São alguns exemplos de justo meio a virtude da coragem, que é a mediania entre covardia e a temeridade, e a generosidade meio-termo entre a prodigalidade e a mesquinhez (2014, p. 84-165).

## 2 A humanidade na política

### 2.1 A política na natureza da humanidade

Nas primeiras páginas de seu livro *Política*, Aristóteles destaca que o ser humano é um ser naturalmente voltado para a política, ou seja, que a sociedade política está inscrita na natureza humana – somente nela os seres humanos realizam plenamente sua humanidade. Nesse sentido, ele afirma que não há humanidade sem uma sociedade politicamente organizada: quem vive fora de uma *pólis* é um ser divino ou um bruto, não é humano (2014, p.33).

Essa concepção é coerente com a orientação teleológica do sistema filosófico aristotélico, para o qual o fim de um ser está presente em seu começo, e toda a realidade se dirige a uma finalidade. Assim, deve-se considerar que aqueles que, hipoteticamente, vivem fora de uma cidade não atingem a finalidade natural da vida humana, pois é na sociedade que os seres humanos atualizam suas potências, suas capacidades morais e suas ações conduzidas pela justa razão.

A sociedade política, para Aristóteles, é logicamente e ontologicamente anterior aos seres humanos individuais, pois teologicamente os seres humanos são direcionados a uma vida política na qual realizam sua humanidade. Nesse sentido, no sistema filosófico aristotélico, o todo é superior às partes, e as partes realizam sua finalidade suprema no todo; o que é autossuficiente é superior ao que depende de outra coisa.

Nas palavras seguintes, Aristóteles exprime a inscrição da política na natureza humana:

A comunidade perfeita de muitos povoados é uma cidade, já que tem, por assim dizer, ampla capacidade de autossuficiência, que nasceu por causa da vida, e existe por causa do bem viver. Por isso, toda cidade existe por natureza, se é verdade que são as primeiras comunidades. Pois a cidade é o fim daquelas, e natureza é um fim; por exemplo, o que cada coisa é, após ter sido desenvolvida desde a sua origem, afirmamos que essa é a natureza de cada uma delas, tal como a de um homem, de um cavalo, de uma família. E ainda por causa disso, também o fim é o melhor. Portanto, a partir desses elementos, é evidente que a cidade existe por natureza, também que o homem é por natureza um animal político [...]. (2019, p. 33).

Nesses termos, os seres humanos tendem naturalmente à formação de unidades sociais, das mais simples à mais ampla – famílias, aldeias e sociedades políticas (cidades). E a sociedade política é a forma superior de organização social porque não apenas garante a sobrevivência, mas principalmente porque proporciona o bem-estar coletivo com a realização da capacidade racional e virtuosa dos cidadãos.

## 2.2. Da sociedade doméstica à sociedade política

Cronologicamente, a primeira forma de sociedade é a doméstica (Aristóteles, 2014, p.30-33), formada por relações entre marido e esposa, pai e filhos, senhor e escravos. De acordo com Aristóteles, há uma hierarquia na natureza que estabelece o comando dos seres superiores sobre os seres inferiores, beneficiando-se, assim, o conjunto. Nas unidades domésticas, essa hierarquia se efetiva no poder despótico, no poder marital e no poder paternal. Todas essas formas de poder são exercidas pelo ser humano adulto e do sexo masculino, que é o chefe da sociedade doméstica em sua condição de senhor, marido e pai<sup>2</sup>.

O poder despótico é o domínio do senhor sobre os escravos. Para Aristóteles, a escravidão se justifica pela natureza, isto é, há seres humanos naturalmente inferiores, que são capazes de identificar a razão em outras pessoas, mas não são capazes de fazer uso próprio da racionalidade. Sendo assim, a única coisa que podem oferecer são seus corpos para serem usados em trabalhos que necessitam de esforço físico e, em favor da sociedade doméstica, devem se submeter integralmente ao comando do senhor.

Nas palavras de Aristóteles:

[...] por um lado, quem governa é capaz de prever algo pela sua capacidade de raciocínio, é por natureza governante, também é um senhor de escravos por natureza; mas por outro lado, quem é capaz de trabalhar arduamente com o seu corpo é por natureza um governado, também é um escravo por natureza; por isso o mesmo ocorre ao senhor de escravos e ao escravo. (2019, p.31).

No poder marital, o marido governa a esposa. Na concepção de Aristóteles, a natureza dispõe, em todas as espécies, a superioridade dos machos sobre as fêmeas. Quanto aos seres humanos, segundo a posição desse filósofo, os homens são plenamente capacitados ao uso de sua faculdade racional, enquanto as mulheres conseguem utilizar apenas parcialmente a razão. Portanto, a esposa deve estar submetida ao comando de seu marido.

Por fim, o poder paternal caracteriza-se pelo domínio do pai sobre os filhos, baseando-se na noção de comando da razão em relação a seres que ainda não são adultos e, dessa forma, devem estar sujeitos à autoridade racional do pai. Nessa forma de poder, preparam-se filhos e filhas, respectivamente, para o uso pleno e para o uso limitado da faculdade racional na vida adulta.

---

<sup>2</sup> É imprescindível, neste momento, destacar que Aristóteles, em que pese a originalidade de suas teses filosóficas, reproduz em seus textos muitos dos preconceitos culturais gregos. Nota-se isso, sobretudo, em sua alegação da superioridade masculina, em sua defesa da escravidão por natureza e em sua desvalorização do trabalho manual.

Essas sociedades domésticas são condições necessárias para a vida humana, porém não são suficientes. Portanto, da associação entre famílias, surgem as comunidades ou aldeias (Aristóteles, 2019, p.32-33), formadas com a criação das trocas econômicas e com a necessidade de defesa de territórios. Essa forma de sociedade é concretizada por laços recíprocos de dependência com os quais se busca o bem comum. Ela favorece a vida humana, porém não proporciona a completa realização da humanidade: isso é possível somente na sociedade política.

A forma mais ampla de organização social humana, que contém as anteriores, é a sociedade política ou Estado (Aristóteles, 2019, p.33-35). A sociedade articulada politicamente é, segundo Aristóteles, soberana. Nela se estabelecem as condições cívicas que proporcionam a atividade racional virtuosa dos seres humanos. Nas comunidades cívicas da sociedade política (cidade), consuma-se o que Aristóteles define como animal político, realização da finalidade natural dos seres humanos segundo esse filósofo. Na atuação dos cidadãos na vida sociopolítica, destaca-se a relevância da linguagem, que exprime a racionalidade humana e sua diferenciação diante dos demais animais. Os seres humanos são os únicos animais capazes de refletir, ponderar, argumentar, deliberar e de verbalizar, assim como são os únicos que definem racionalmente as regras da sociedade conforme noções de justiça.

### **2.3 Finalidade da sociedade política e cidadania**

É indispensável assinalar os vínculos entre ética e política na teoria aristotélica. A referência de sociedade política para Aristóteles é a cidade grega, ou seja, a *pólis*. Somente na *pólis* (sociedade política), segundo esse filósofo, é efetivamente possível a realização da finalidade natural humana em uma vida racional, virtuosa e feliz. A cidade é apresentada como condição necessária e suficiente para a completa realização da humanidade, bem como para a existência de uma boa vida.

Para esse filósofo, toda comunidade se estabelece por causa de um bem, e esse bem é buscado por todos, sendo esse o fim mais importante, a finalidade suprema. A autossuficiência consiste nas relações sociopolíticas vigentes na cidade, proporcionando condições para o exercício das atividades virtuosas de cada cidadão. É na cidade que os seres humanos desenvolvem as suas virtudes, e, assim, atingem a felicidade.

Portanto, a cidade, formada por grupos de famílias e grupos de aldeias, visa ao bem supremo. Somente uma comunidade desse tipo pode incluir as demais comunidades, por ter em si a causa final de um processo natural que capacita os seres humanos à concretização de sua humanidade na organização sociopolítica. Assim como uma árvore é a causa final de uma

mente, a cidade é a causa final dos seres humanos e de suas formas menos amplas de associação.

No trecho seguinte, Aristóteles pretende explicar a hierarquia natural da cidade e a submissão das partes ao todo na sociedade política, utilizando, para isso, a comparação com a arte da navegação:

Embora os navegantes sejam desiguais quanto ao seu potencial (pois existem o remador, o piloto, o chefe da proa, e o que tiver qualquer outro potencial recebe um nome desse tipo), é evidente que o raciocínio mais preciso será peculiar de sua virtude, igualmente um tipo de raciocínio comum se adotará a todos. Pois a segurança da navegação é uma obra de todos, pois cada um dos navegadores deseja isso. Igualmente entre os cidadãos, embora sejam desiguais, a segurança da comunidade é a sua tarefa [...]. (2019, p. 121).

Dessa forma, Aristóteles argumenta que a cidade é uma comunidade autossuficiente, realização de um fim supremo pelo qual se estruturam todas as organizações humanas. Para esse filósofo, os seres humanos se libertam das amarras das necessidades e alcançam a primazia virtuosa da razão na cidade. Na sociedade política, consuma-se a felicidade.

E a felicidade é idêntica para os seres humanos individuais e para a sociedade política, pois a cidade, orientando-se pela finalidade o bem viver juntos, não deve se dedicar prioritariamente à aquisição de riquezas ou à ampliação sem medida de seu poder sobre outros povos e territórios. A sociedade política deve, isto sim, valorizar as virtudes e promover as atividades racionais moralmente positivas. De modo resumido, podemos dizer que o Estado tem o propósito de completar o ser das obras da natureza, cultivando a natureza dos cidadãos nos hábitos ditados pela razão. Nessa perspectiva, Aristóteles classifica como justas todas as formas de governo que se orientam por essa causa final<sup>3</sup>.

A cidade assume, portanto, sentido antropológico e educativo, consistindo no espaço por excelência para que ocorra a realização pela dos seres humanos na esfera da cidadania. Ser cidadão, convém reiterar, não significa ser descendente e nem simplesmente morar no espaço físico da cidade, pois também na cidade residem mulheres, crianças, estrangeiros e escravos – grupos excluídos da cidadania. Ser cidadão significa ser livre, ter participação na vida política estabelecida na *pólis*, pois somente o cidadão participa das escolhas políticas mediante as

---

<sup>3</sup> Diferentemente de Platão, que, em sua obra *A república* (2007, p. 104-208), estabelece o modelo paradigmático do governo dos filósofos como realização da justiça, Aristóteles admite a participação de diferentes grupos sociais em formas de governo direcionadas ao bem comum. Apesar dessa diferença, há também pontos em comum nas concepções políticas desses filósofos: os vínculos entre natureza humana, ética e política; a noção de política como atividade que visa ao bem-estar coletivo; e a condenação filosófica da democracia como forma desvirtuada de governo.

elaborações de leis. A cidadania na igualdade dos homens livres que discutem e decidem as questões que dizem respeito à cidade. A igualdade é entendida como isonomia perante as leis e igual direito de os homens falarem nas assembleias.

### 3 A política e o bem comum: humanidade virtuosa

#### 3.1 Formas de governo

Aristóteles define a sociedade política, em seu núcleo essencial, com base no corpo de cidadãos que detêm o direito de participação em assembleias e do exercício de cargos públicos e administrativos. Além disso, o filósofo explica que a felicidade é idêntica para todos os seres humanos individualmente e para a sociedade política, sendo que a finalidade legítima do Estado é a promoção do bem comum.

Em seu livro *Política*, ele diferencia e conceitua as formas de governo (2019, p.129-158). Aristóteles faz uma distinção dos tipos de governos fundamentada em dois critérios elementares. Um deles se refere à forma pela qual o governo age, se suas ações são pautadas pelo bem público ou se elas pretendem contemplar prioritariamente fins privados (individuais ou de determinados segmentos) em prejuízo do conjunto da sociedade. O outro concerne ao número de governantes, quer dizer, caracterizam-se modalidades distintas de governo de acordo com o governo exercido por uma pessoa, por poucas pessoas ou por muitas pessoas.

Dessa maneira, Aristóteles classifica como legítimas e autênticas as formas de governo regidas pela busca do bem comum e discrimina como degeneradas as formas de governo que priorizam interesses particulares.

Com base no critério quantitativo de governantes, Aristóteles diferencia monarquia, aristocracia e república – todas classificadas como formas autênticas de governo. Monarquia é uma forma de governo na qual o poder está nas mãos de uma única pessoa, o monarca que expressa a soberania de uma sociedade política. Para o filósofo, o monarca comprometido com o bem-estar dos cidadãos e a harmonia da sociedade deve fazer uso adequado da inteligência, da estratégia e do senso de justiça. Aristocracia é a modalidade de governo exercida por poucos cidadãos, a minoria considerada qualificada para representar os melhores interesses da sociedade, considerada como o governo dos melhores – uma espécie de nobreza compreendida como naturalmente virtuosa para o exercício de cargos públicos. República corresponde ao governo exercido por amplo número de pessoas, isto é, por um conjunto quantitativamente significativo de cidadãos.

Há também as formas de governo que são consideradas pelo filósofo como desvirtuadas, pois não são exercidas em favor do bem público. Essas modalidades corrompidas de governo são a tirania, a oligarquia e a democracia. Nas palavras do filósofo:

Mas os desvios de finalidade dos regimes que nós já mencionamos são a tirania da monarquia, a oligarquia da aristocracia, e democracia da

república. Pois a tirania é uma monarquia voltada para o interesse do monarca, e a oligarquia, para o dos ricos, enquanto a democracia está voltada para o interesse dos pobres, mas nenhum deles está voltado para o proveito comum. (2019, p. 129).

Tirania é a forma degenerada da monarquia, conversão que se efetiva quando um rei toma decisões que desconsideram interesses gerais da sociedade política, visando, isto sim, exclusivamente aos seus interesses pessoais e familiares. Ou seja, o governante começa a agir de forma injusta, usando o poder de forma extremamente abusiva, desvirtuando, assim, o poder político em um poder absoluto e pessoal.

Oligarquia é a deterioração da forma aristocrática de governo, verificando-se quando o acesso à cidadania e ao exercício de cargos públicos não se realiza mais por questões de supostos méritos e virtudes, mas sim pela propriedade de riquezas materiais. No governo oligárquico, o poder político está a serviço dos interesses dos ricos, prejudicando, então, os interesses da sociedade em seu todo.

A última forma degenerada seria a democracia. Aristóteles não conceitua a democracia como o governo em que a maioria exerce o poder, alegando que isso é possível também na oligarquia – por exemplo, em uma cidade na qual a maioria dos integrantes são ricos. O que caracteriza a democracia, segundo esse filósofo, é o governo em que seres humanos livres e pobres governam. De acordo com a concepção aristotélica, trata-se de modo desvirtuado de governo porque o poder é praticado aparentemente em função dos interesses dos mais pobres contra o conjunto da cidade, sendo que esse regime, acrescenta Aristóteles, favorece o surgimento de líderes demagogos que manipulam os cidadãos pobres<sup>4</sup>.

Por fim, quanto às formas autênticas de governo anteriormente registradas, é importante notar que Aristóteles considerava a república como a mais estável (2019, p. 129-158). A tendência à estabilidade da forma republicana de governo se explica, segundo o filósofo, pelo fato de que, nela, estende-se a cidadania a um conjunto mais extenso da população, sem, contudo, concedê-la aos mais pobres. Além disso, a república tem no grupo social intermediário o seu ponto forte, e essa camada social média é mais propensa à virtude, pois, diferentemente de rico e pobres, possuem bens materiais na justa medida para o desenvolvimento de suas qualidades morais. Manifesta-se, assim, a vinculação da ética à política, algo que também pode ser notado no conceito aristotélico de amizade.

---

<sup>4</sup> Além dos motivos apresentados, outro aspecto pelo qual Aristóteles tentava justificar seu despreço pela democracia aparece em sua observação de que os seres humanos pobres, por estarem submetidos às necessidades do trabalho, permaneciam em uma condição de vida que não permitia o desenvolvimento adequado de sua capacidade racional para a cidadania (2019, p. 129-158).

### 3.2 Amizade e sociedade política

No pensamento aristotélico apresentado em *Ética a Nicômaco*, há uma dedicação ao estudo do conceito de amizade, conceito este que pode ser observado como elemento de transição da ética para a política no sistema filosófico de Aristóteles. A amizade é capaz de explicitar a relação entre esses campos filosóficos, ou melhor, o pertencimento da ética à política.

Caracterizando-se como condição necessária para a existência humana virtuosa, a amizade é uma espécie de fundamento para todas as virtudes. A esse respeito, Aristóteles escreve no início do livro VIII de *Ética a Nicômaco*:

A seguir trataremos da amizade, pois esta é uma virtude ou envolve a virtude, além do que constitui uma das exigências mais imprescindíveis da vida – ninguém, com efeito, preferiria viver sem amigos, mesmo que possuísse todos os outros bens (2014, p.289).

A amizade é um bem com características necessárias para se alcançar a felicidade. Dessa forma, a amizade cumpre seu papel vital mostrando ser um elemento que garante a manutenção da cidade, pois, para que exista a amizade, é necessária à existência de uma convivência, sendo crucial para que o ser humano possa se realizar na sociedade. Aristóteles distingue três tipos de amizade. O primeiro tipo de amizade é aquela formada por amigos que buscam satisfazer seus interesses e necessidades recíprocas, quer dizer, ela se baseia no critério de utilidade. O segundo tipo é a amizade gerada pelo prazer: nessa espécie de amizade, os indivíduos compartilham um prazer – nesse caso, os seres humanos buscam a amizade para saciar os prazeres no convívio entre os amigos.

Na amizade por utilidade (interesse) e na amizade por prazer, a busca vem pelos benefícios que elas proporcionam, e não por aquilo que elas são em si mesmas. Essas amizades são consideradas imperfeitas, acidentais e circunstanciais, pois o amigo é amado pelo fato de proporcionar algum benefício ou por sua companhia ser agradável. Assim, essas amizades são facilmente rompidas, à medida que desaparece a utilidade ou o prazer que proporcionam – quando o amigo não atende mais aos interesses ou sua companhia não é mais agradável.

A amizade perfeita alicerça-se no bem comum, quando os amigos se apreciam por si mesmos, e não pela utilidade ou pelo prazer. Essa amizade é virtuosa, situando o interesse nos amigos, e não nos benefícios pessoais que proporciona. Temos, então, uma relação construída de forma recíproca, com o intuito de sustentar o bem-estar em laços nos quais os amigos verdadeiramente se querem bem.

No texto intitulado *Aristóteles Ética e política em Aristóteles*, César Augusto Ramos ressalta a dimensão ético-política da amizade:

No que diz respeito à amizade, é ela que produz o desejo de viver junto. Não na forma como ocorre na família, em que a necessidade de sobrevivência impõe a disciplina da autoridade do senhor estranha à amizade, mas [...] na forma de convivência política. Na *pólis*, a amizade significa a repartição da vida em comum com os outros (solidariedade), de tal sorte que faz parte da felicidade o prazer [...]. (3023, p. 43).

A amizade, assim, é necessária à felicidade, do mesmo modo que a felicidade requer a amizade – como mencionado anteriormente, o ser humano, por ser um animal social, tem a necessidade de compartilhar e viver com os outros para que, assim, consiga alcançar os seus objetivos, compartilhar suas virtudes. Por sua natureza sustentada pelo bem comum, a amizade perfeita pode ser identificada, em sua máxima amplitude, na sociedade política. Relações virtuosas de amizade são exprimem-se na cidadania, ou seja, na comunidade cívica direcionada à promoção do bem comum na cidade.

## Considerações finais

Retornar a textos clássicos para uma análise cultural e filosófica é expediente para compreender aspectos da realidade sociopolítica na contemporaneidade, buscando, assim, identificar as possibilidades morais e políticas dos seres humanos na vida em sociedade. Os seres humanos querem e buscam a felicidade. Porém, essa busca envolve controvérsias e discordâncias quanto às hipóteses de sua concretização no convívio sociopolítico.

Neste trabalho, procuramos delinear aspectos da concepção ética e política de Aristóteles, baseando-os especialmente em *Ética e Nicômaco* e *Política*. As perspectivas ético-políticas desse filósofo integram-se a noções gerais de seu sistema filosófico e apresentam-se em articulação direta com sua definição de natureza humana – de certa forma, é no plano ético e político que a natureza humana se trona realidade no mundo.

Na filosofia de Aristóteles, a ética conduz à política. Governar é garantir aos cidadãos uma vida plena, e o Estado deve proceder com mecanismos para o desenvolvimento e a felicidade dos cidadãos. É somente em sociedade política que os seres humanos podem realizar a existência racional e virtuosa, podem atingir sua excelência moral. É unicamente na sociedade política que os seres humanos têm a oportunidade de efetivar a humanidade contida em sua natureza.

Do ponto de vista da filosofia aristotélica, a principal característica do ser humano é a sua racionalidade. E os seres humanos devem ser educados, sua humanidade deve ser cultivada para a atividade racional e virtuosa que evita o excesso e a falta, que atinge o meio-termo como conduta moralmente apropriada. Essa finalidade natural dos seres humanos, a felicidade que consiste na atividade racional e virtuosa, tem, portanto, sentido ético e político, ou melhor, dimensão ético-política.

Afinal, a felicidade é o objetivo natural dos seres humanos, o bem excelente da humanidade. Os seres humanos são potencialmente racionais, felizes. Se a natureza capacita os seres humanos para essa meta, sua concretização exige as relações sociais e políticas. Esses vínculos sociopolíticos, por sua vez, são uma forma de amizade, laços que articulam os cidadãos em torno de interesses públicos. Na filosofia de Aristóteles, ética e política estão inscritas na natureza humana.

Em outras palavras, compreendemos adequadamente a afirmação aristotélica de que os seres humanos são seres naturalmente sociopolíticos se entendemos seu conceito de natureza humana: se observamos que não há exatamente separações entre natureza humana, moralidade e política. Ética e política fundamentam-se na natureza humana, são capacidades da natureza

humana ao mesmo tempo que a própria natureza humana atinge sua forma plena, sua completa expressão, nas relações morais e políticas.

### Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo; Edipro, 2014.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Edipro, 2019.

CHUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia**: dos pré-socráticos e Aristóteles. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PLATÃO. **A república**. Lisboa: Fundação Caluste Gulbenkian, 2007.

RAMOS, César Augusto. Ética e política em Aristóteles. In: CANDIOTTO, César (org.). **Ética: abordagens e perspectivas**. Curitiba: PUCPress, 3023.